

**MESTRADO PROFISSIONAL EM EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E
TECNOLÓGICA: DESAFIOS E POSSIBILIDADES
PARA O INSTITUTO FEDERAL DO PARANÁ**

**PROFESSIONAL MASTER IN PROFESSIONAL AND TECHNOLOGICAL
EDUCATION AT THE FEDERAL INSTITUTE OF PARANÁ: CHALLENGES AND
POSSIBILITIES**

**MAESTRÍA PROFESIONAL EN EDUCACIÓN PROFESIONAL Y TECNOLÓGICA
EN EL INSTITUTO FEDERAL DEL PARANÁ: DESAFÍOS Y POSIBILIDADES**

MACHADO, Mércia Freire Rocha Cordeiro
mercia.machado@ifpr.edu.br
Instituto Federal do Paraná – IFPR
<https://orcid.org/0000-0003-0425-8538>

URBANETZ, Sandra Terezinha
sandra.urbanetz@ifpr.edu.br
Instituto Federal do Paraná – IFPR
<https://orcid.org/0000-0001-9401-1453>

RESUMO Este artigo apresenta o Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT) desenvolvido no Instituto Federal do Paraná (IFPR), discutindo seus desafios e possibilidades. Está sustentado nos princípios da abordagem qualitativa e fundamentado na análise bibliográfica, por meio de estudos já realizados e documental recorrendo a legislação nacional e aos documentos do ProfEPT. Está organizado de maneira descritiva, apresentando as bases teóricas que sustentam a criação e a condução do Mestrado Profissional no Brasil, além de apontar as possibilidades, expectativas inerentes ao processo de concepção, implantação, estruturação e organização de funcionamento do ProfEPT no IFPR. Conclui-se que pela juventude e contradição do ProfEPT suas finalidades se constituem ao mesmo tempo, como desafios e possibilidades.

Palavras-chave: Mestrado Profissional; ProfEPT; IFPR; Educação Profissional e Tecnológica; Formação Docente.

ABSTRACT This article presents the Professional Master's Degree in Professional and Technological Education (ProfEPT) developed at the Federal Institute of Paraná (IFPR), discussing its challenges and possibilities. It is based on the principles of a qualitative approach and based on bibliographical analysis, through the studies already carried out on the subject and documentary, using national legislation and the documents consonant with ProfEPT. It is organized in a descriptive way, presenting the theoretical bases that support the creation and the conduction of the Professional Master's in Brazil, besides pointing out the possibilities, expectations inherent to the process of conception, implementation, structuring and organization of the operation of ProfEPT in the IFPR. It is concluded that by the youth and contradiction of the ProfEPT its aims are at the same time, as challenges and possibilities.

Keywords: Professional Master's Degree; ProfEPT; IFPR; professional and technological education; teacher training.

RESUMEN Este artículo presenta el Máster Profesional en Educación Profesional y Tecnológica (ProfEPT) desarrollado en el Instituto Federal de Paraná (IFPR), discutiendo sus desafíos y posibilidades. Se sustenta en los principios del abordaje cualitativo y se fundamenta en el análisis bibliográfico, a través de los estudios ya realizados sobre la temática y documental, recurriendo a la legislación nacional y a los documentos al ProfEPT. Se organiza de manera descriptiva, presentando las bases teóricas que sostienen la creación y la conducción de la Maestría Profesional en Brasil, además de apuntar las posibilidades, expectativas inherentes al proceso de concepción, implantación, estructuración y organización de funcionamiento del ProfEPT en el IFPR. Se concluye que por la juventud y contradicción del ProfEPT sus finalidades se constituyen al mismo tiempo, como desafíos y posibilidades.

Palabras clave: Maestría Profesional; ProfEPT; IFPR; educación profesional y tecnológica; formación docente.

1 INTRODUÇÃO

Em 2008, com a promulgação da Lei n.º 11.892, que criou os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, a Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica (RFEPCT) foi reorganizada numa nova institucionalidade. Desde então, a RFEPCT encontra-se em franca expansão e interiorização das suas unidades, cujo resultado é o funcionamento atual de 38 Institutos Federais, 02 Centros Federais de Educação Tecnológica (CEFETs), o Colégio Pedro II e 22 escolas técnicas vinculadas a universidades federais, totalizando 644 escolas, distribuídas em 568 municípios brasileiros, representando a maior oferta de cursos profissionalizantes, tanto em nível médio quanto em nível superior em todo o país, atendendo aproximadamente um milhão de alunos (BRASIL, 2016).

O Instituto Federal do Paraná (IFPR), eixo deste artigo, criado mediante transformação da Escola Técnica da Universidade Federal do Paraná (ET/UFPR), é uma instituição de educação superior, básica e profissional, pluricurricular e multicampi, especializados na oferta da Educação Profissional e Tecnológica (EPT) em diferentes níveis e modalidades, na qual, a integração e a verticalização da educação básica à educação profissional e superior são promovidas na mesma instituição, gratuitamente e com qualidade (LEÃO; JACOMEL; TAVARES, 2014).

É importante ressaltar que a verticalização: i) vai além da simples oferta simultânea de cursos em diferentes níveis de ensino; implica no reconhecimento de

fluxos que permitam a construção de itinerários de formação entre os diferentes cursos da educação profissional e tecnológica: qualificação profissional, técnico, graduação e pós-graduação tecnológica (PACHECO, 2011); e ii) constitui-se como um grande diferencial para a formação do estudante, na qual tem-se a possibilidade de desenvolver uma concepção educacional mais voltada ao trabalho como princípio educativo, uma formação acadêmica não mais voltada para o mercado de trabalho ou para a vida e sim pelo trabalho e na vida com vistas ao exercício da cidadania e à ascensão cultural do sujeito como preconiza Ramos (SD), a fim de construir uma sociedade mais justa e igualitária por meio de cursos que atendam às necessidades e demandas populacionais emergentes.

Com vistas na verticalização, o IFPR nesses dez anos de existência, expandiu por todo o estado do Paraná, atendendo cerca de 29 mil estudantes em cursos de Formação Inicial e Continuada (FICs), Técnicos Integrados, Técnicos Subsequentes, Tecnólogos, Licenciaturas, Especializações Lato Sensu nas modalidades presencial e a distância estabelecendo bases sólidas no ensino, pesquisa e extensão, com vistas na geração de inovação tecnológica em seus 20 *campi* e 5 *campi* avançados em funcionamento (INSTITUTO FEDERAL DO PARANÁ, 2018).

Em 2016, o IFPR associa-se ao Instituto Federal do Espírito Santo (IFES) que detém a Coordenação Nacional do Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT) em Rede, para ofertar, em 2017, a primeira turma de Mestrado Profissional na instituição. Esta foi uma ação em direção ao cumprimento das diretrizes do IFPR quanto a oferta de cursos de Pós-Graduação, das quais, até 2017, não havia nenhuma oferta de cursos *Stricto Sensu* na instituição. A proposta de implementação de um mestrado profissional em Educação Profissional e Tecnológica foi inédita não só para o IFPR, mas para toda a Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica.

Dessa forma, considerando que o ProfEPT foi proposto por um Instituto Federal; ofertado em rede e em parceria inicial entre 18 Institutos Federais com foco na formação do docente da Educação Profissional e Tecnológica, este artigo objetiva apresentar a proposta de Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT) desenvolvida no Instituto Federal do Paraná, discutindo seus desafios e possibilidades.

Desta forma, esta investigação está: i) ancorada nos princípios da abordagem qualitativa, na qual enfatiza “a descrição e a indução” (BOGDAN; BIKLEN, 1994) sendo, “rica em dados descritivos, com plano aberto e flexível, focalizando a realidade de forma complexa e contextualizada” (LÜDKE; ANDRÉ, 1986); ii) fundamentada na análise bibliográfica, por meio de estudos já realizados sobre a temática e análise documental, recorrendo à legislação nacional e aos documentos consonantes ao ProfEPT; e iii) organizada de maneira descritiva, apresentando as bases teóricas que sustentam a criação e a condução do Mestrado Profissional no Brasil, além de apontar as possibilidades, expectativas inerentes ao processo de concepção, implantação, estruturação e organização de funcionamento do ProfEPT no IFPR.

2 O MESTRADO PROFISSIONAL NO BRASIL

Desde o surgimento da Pós-Graduação no Brasil, o Parecer do Conselho Federal de Educação (CFE) nº 977/1965 já propunha a criação de cursos *stricto sensu* orientados à capacitação profissional. O documento, conforme Silva e Del Pino (2016), aponta os três motivos fundamentais que exigiam a instauração do sistema de cursos pós-graduados: i) formar professorado competente que possa atender à expansão quantitativa do nosso ensino superior garantindo, ao mesmo tempo, a elevação dos atuais níveis de qualidade; ii) estimular o desenvolvimento da pesquisa científica por meio da preparação adequada de pesquisadores; e iii) assegurar o treinamento eficaz de técnicos e trabalhadores intelectuais do mais alto padrão para fazer face às necessidades do desenvolvimento nacional em todos os setores.

No entanto, a história e concepção dos Mestrados Profissionais (MPs) teve como marco a Portaria da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) nº 47/1995, na qual determinou a implantação de procedimentos apropriados à recomendação, acompanhamento e avaliação de cursos de mestrado dirigidos à formação profissional e não somente formação acadêmica (BRASIL, 1995). Em contrapartida, a Portaria nº 80/1998, que revogou a Portaria anterior, trouxe orientações mais concretas sobre a relevância do Mestrado Profissional, simbolizando um avanço na discussão, embora ainda não tenha estipulado os

critérios específicos de avaliação e acompanhamento da modalidade (SILVA; DEL PINO, 2016).

Segundo os relatos constantes no Portal de Periódicos da CAPES, em 2005 foi organizado o seminário denominado: “Para além da academia – a pós-graduação a serviço da sociedade”, a fim de debater as proposições de mestrado profissional a partir de suas ofertas, dificuldades e possibilidades.

As conclusões e propostas resultantes desse seminário, em grande parte, foram publicadas na Revista Brasileira de Pós-Graduação em 2005. Os aspectos destacados nessa publicação dizem respeito primeiramente a definição do que é Mestrado Profissional (MP), afirmando o mesmo como um título terminal, diferenciando-se do mestrado acadêmico porque este último tem como objetivo a preparação de um novo pesquisador, que poderá ou não continuar sua carreira com o doutorado, enquanto, no MP, o que se pretende é imergir um pós-graduando na pesquisa, proporcionando que o estudante conheça seus fundamentos, conhecendo-a bem, possibilite sua continuidade como pesquisador.

No ano de 2009 foram publicadas duas Portarias Normativas (Portaria nº 07/2009 e a Portaria nº 17/2009) que regulamentaram o MP quanto: i) à submissão e à avaliação de propostas para cursos novos; ii) aos critérios específicos para a avaliação periódica dos cursos; iii) à composição do corpo docente valorizando a produção artística e técnico-científica e a reconhecida experiência profissional; e iv) aos diferentes formatos de trabalhos de conclusão de curso. Ademais, as propostas de cursos na modalidade Mestrado Profissional passaram a apresentar um itinerário formativo que enfatize a articulação entre conhecimento atualizado, domínio da metodologia pertinente e aplicação orientada para o campo de atuação profissional específico. Para isto, uma parcela do quadro docente deve ser constituída de profissionais reconhecidos em suas áreas de conhecimento por sua qualificação e atuação destacada em campo pertinente ao da proposta do curso. O trabalho final do curso deve ser sempre vinculado a problemas reais da área de atuação do profissional-aluno e de acordo com a natureza da área e a finalidade do curso, podendo ser apresentado em diversos formatos.

Mais recentemente a despeito da relevância social, científica e tecnológica dos processos de formação profissional avançada, bem como o necessário estreitamento das relações entre as universidades e o setor produtivo, em 2017

também foram publicadas duas Portarias Normativas (Portaria nº 131/2017 e a Portaria nº 389/2017) que regulamentaram a submissão de propostas de cursos novos na modalidade profissional, não só em nível de mestrado, mas também de doutorado, por meio de portarias e regulamentos próprios, revogando as Portarias CAPES nº 80/1998 e a Portaria Normativa nº 17/2009 respectivamente.

Ao longo desses anos, a trajetória dos Mestrados Profissionais vem sendo marcada por muita controvérsia, muitos impasses, resistências e desconfianças. Com as normativas estabelecidas, aos poucos, este cenário foi sendo modificado, embora ainda haja alguns redutos de resistência, as críticas diminuíram e diversos Programas de Pós-graduação vem sendo criados. De acordo com a Plataforma Sucupira, o Brasil tem 787 programas de pós-graduação e 771 cursos de mestrados profissionais (BRASIL, 2018).

O Mestrado Profissional: i) é uma modalidade de Pós-Graduação *stricto sensu* voltada para a capacitação de profissionais, nas diversas áreas do conhecimento, mediante o estudo de técnicas, processos, ou temáticas que busquem soluções a um problema detectado, em muitos casos, na própria área de atuação profissional do mestrando; e ii) tem como objetivo principal contribuir com o setor produtivo nacional no sentido de agregar um nível maior de competitividade e produtividade a empresas e organizações, sejam elas públicas ou privadas (BRASIL, 2014b). Ou seja, caracteriza-se pela proposição de que o mestrando tem uma experiência própria do que é pesquisar, para que ele saiba onde localizar, no futuro, a pesquisa que interesse a sua profissão, e ainda aprenda como incluir a pesquisa existente e a futura no seu trabalho profissional.

Nesse contexto, o Mestrado Profissional apresenta características comuns em comparação aos Programas Acadêmicos no que se refere à formação para a pesquisa, à habilitação ao doutorado e aos concursos e ao equilíbrio entre disciplinas pedagógicas e de conteúdo. No entanto com as especificidades de que os alunos se mantêm no trabalho, as linhas de pesquisa têm foco na atividade profissional e o produto final deve estar relacionado à atividade profissional (obrigatório) e integrante da dissertação.

No caso específico da pós-graduação na área de Ensino, área na qual o ProfEPT está inserido - concebida em 2013 - é, segundo Araújo-Jorge (2017), uma área interdisciplinar e essencialmente de pesquisa translacional, que busca construir pontes entre os vários conhecimentos acadêmicos que serão gerados em educação e ensino para sua utilização em produtos e processos educativos na sociedade. Essa área em 2015, totalizava 128 Programas de Pós-Graduação, responsáveis por 31 cursos de Doutorado (5 isolados e 26 articulados com Mestrados Acadêmicos), 26 cursos de Mestrado Acadêmico e 71 cursos de Mestrado Profissional (SILVA; DEL PINO, 2016), sendo a esta, a área que mais concentra cursos de Mestrado Profissional, considerando que 56% do total de seus programas são profissionais.

Os mestrados profissionais em Rede, com o foco na formação docente, têm sido instituídos pela Capes desde 2011 e atualmente, segundo Araújo-Jorge (2017) há onze desses mestrados, cujo objetivo é a capacitação de professores da educação básica. Nesse âmbito, de acordo com a autora, destacam-se o ProfMat (2011), o ProFis e o ProfLetras (2013), o ProfHistória e o ProfArtes (2015), o ProfQuímica (2015), o ProfEdFísica, ProfFilosofia, ProfSocio e o ProfBio (2016) e o ProfEPT (2017) – e dois em construção – o ProfGeo e o ProfEnsino e Interdisciplinaridade (ARAÚJO-JORGE, 2017). Esses programas se estruturam a partir da coordenação de uma instituição nacional e da colaboração de polos espalhados por todo o Brasil. Via de regra, o ingresso e o currículo são unificados em todo o país, mas as disciplinas são ministradas presencialmente pelos professores das universidades parceiras.

Tendo em vista, a especificidade desses mestrados e sua vinculação com a formação docente tem se constituído importante objeto de estudo e ações a ser pesquisado. Dentre essas ações, os Mestrados Profissionais em Ensino, representam um movimento formativo bastante abrangente e desafiador, sendo a produção da área ainda bastante escassa. Por se tratar de um projeto complexo, de formação continuada e por envolver um grande número de participantes e instituições de todo o Brasil, parece importante construir a historicidade dessa iniciativa, ainda tão jovem como o ProfEPT.

3 O PROFEPT: UM MESTRADO EM EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA

A elaboração da proposta de constituição de um Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica em Rede Nacional (ProfEPT) - primeiro mestrado em rede dos institutos – foi bastante discutida pelo Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (CONIF) e muitos estudos sobre os fundamentos formativos, bem como, sobre a viabilidade pedagógica e institucional de implementação do Programa foi realizado pelo Instituto Federal do Espírito Santo (IFES). Mesmo reconhecendo as dificuldades e limites do processo, tendo em vista a grande demanda local e regional existente, em consonância com a necessidade de responder aos compromissos sociais, o IFES tomou para si o desafio de elaborar uma proposta de Mestrado Profissional orientado à formação em Educação Profissional e Tecnológica, o ProfEPT, visando tanto a produção de conhecimento, como o desenvolvimento de produtos por meio da realização de pesquisas que integrem os saberes inerentes ao mundo do trabalho e ao conhecimento sistematizado.

Nesse contexto desafiador e até então desconhecido, foram instaurados os encaminhamentos necessários para dar vida ao ProfEPT. O primeiro deles foi a definição das duas linhas de pesquisa - Gestão e Organização do Espaço Pedagógico em EPT e Práticas Educativas em EPT - considerando o compromisso com a melhoria dos processos educativos e de gestão em espaços formais ou não-formais. A primeira trata dos processos de gestão e organização do espaço pedagógico que contribuam diretamente com os processos de ensino, com foco nas estratégias transversais e interdisciplinares que possibilitem formação integral e significativa do educando, enquanto a segunda trata dos fundamentos das práticas educativas e do desenvolvimento curricular na Educação Profissional e Tecnológica, em suas diversas formas de oferta, a partir de uma abordagem inclusiva, interdisciplinar, em espaços formais e não formais, em conformidade com a perspectiva do trabalho como princípio educativo e do currículo integrado (FREITAS *et al*, 2017).

Para além da formação para pesquisa com foco na constituição de sujeitos autônomos para o exercício de sua prática profissional, também é necessário pensar a formação de um profissional capaz de problematizar e intervir em seu próprio contexto de trabalho. Levando em conta este desafio, O ProfEPT tem como objetivo

geral proporcionar formação em educação profissional e tecnológica aos profissionais da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (RFEPCT), visando tanto a produção de conhecimento como o desenvolvimento de produtos, por meio da realização de pesquisas que integrem os saberes inerentes ao mundo do trabalho e ao conhecimento sistematizado. De forma específica, objetiva:

a) ofertar formação continuada, numa perspectiva interdisciplinar e em nível de mestrado, voltada para profissionais da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica a fim de desenvolverem atividades de ensino, gestão e pesquisa relacionados à educação profissional e tecnológica, na perspectiva de elaboração de produtos educacionais e materiais técnico-científicos com vistas à inovação tecnológica;

b) desenvolver trabalhos de investigação interdisciplinar, na perspectiva de melhoria dos processos educativos e de gestão em espaços formais ou não-formais;

c) atender demanda nacional por formação de recursos humanos em cursos de pós-graduação stricto sensu, com vistas ao desenvolvimento de pesquisas que integrem os saberes práticos inerentes ao mundo do trabalho ao conhecimento sistematizado e interdisciplinar, na perspectiva de contribuir com o desenvolvimento socioeconômico, científico e cultural nas diversas regiões do Brasil.

Certamente, a definição de objetivos de uma estrutura curricular, por si só, não garante o alcance total das pretensões pretendidas por um MP. Todavia, estes são os balizadores principais do percurso e criam um sistema de organização de princípios e tentativas de coerência em relação às convicções pedagógicas. É importante também ressaltar que por determinação legal a oferta da EPT, de acordo com Machado (2016), é um quesito desafiador, uma vez que, é preciso considerar os níveis, as formas, as modalidades e suas variantes para balizar os processos de formação de professores. Nesta estrutura, se buscou os possíveis pontos que sustentam a relação do itinerário formativo que contemple a concepção e os princípios da EPT,

[...] de formação humana, com base na integração de todas as dimensões da vida no processo educativo, visando à formação omnilateral dos sujeitos. Essas dimensões são o trabalho, a ciência e a cultura. O trabalho compreendido como realização humana inerente ao ser (sentido ontológico) e como prática econômica (sentido histórico associado ao modo de

produção); a ciência compreendida como os conhecimentos produzidos pela humanidade que possibilita o contraditório avanço das forças produtivas; e a cultura, que corresponde aos valores éticos e estéticos que orientam as normas de conduta de uma sociedade (BRASIL, 2007).

Considerando tais objetivos, a estrutura curricular está ancorada nos pressupostos do itinerário formativo que prevê um conjunto das etapas que compõem a organização da oferta e que [...] contempla a sequência das possibilidades articuláveis da oferta de cursos programados [...] a partir de estudos quanto aos itinerários de profissionalização no mundo do trabalho, à estrutura sócio ocupacional e aos fundamentos científico-tecnológicos dos processos produtivos de bens ou serviços, o qual orienta e configura uma trajetória educacional consistente. (CNE/CEB nº 06/2012). Leão e Teixeira (2015, p. 6846) reforçam que “itinerários formativos podem ser compreendidos como a carta de cursos ofertados por uma instituição de ensino, sejam eles de formação inicial e continuada, de nível médio ou superior”. Esses componentes curriculares, estruturados a partir da intencionalidade formativa do curso e das características e potencialidades do corpo docente, trazem consigo um desafio de articulação e manutenção da indissociabilidade entre pesquisa, ensino, extensão e inovação, pilares da EPT Brasileira.

Tal estrutura curricular conta com 480 (quatrocentos e oitenta) horas de atividades didáticas, desenvolvido em 04 (quatro) semestres, correspondentes a 32 (trinta e dois) créditos, assim distribuídos: i) disciplinas obrigatórias: 18 créditos ou 270 horas (Bases Conceituais para a Educação Profissional e Tecnológica; Metodologia de Pesquisa; Seminário de Pesquisa; Teorias e Práticas do Ensino e Aprendizagem; Gestão e Organização dos Espaços Pedagógicos em EPT – Obrigatória da Linha 1; Práticas Educativas em EPT – Obrigatória da Linha 2); ii) disciplinas eletivas: 6 créditos ou 90 horas, escolhidas a partir das pesquisas dos mestrandos e de acordo com oferta em cada Instituição Associada (IA), nas quais poderão haver ofertas compartilhadas entre as Instituições; e iii) disciplinas de Orientação: 8 créditos ou 120 horas (Prática de Ensino Orientada; Prática de Pesquisa Orientada).

O percurso das disciplinas obrigatórias foi realizado durante o primeiro ano ProfEPT. As disciplinas eletivas são escolhidas de forma compartilhada entre os professores orientadores e os mestrandos, com base nas características e definição dos temas de pesquisa. Este percurso toma como foco o desenvolvimento do

Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), que, neste caso, se constitui em uma dissertação.

Em consonância com as orientações da CAPES e da Área de Ensino para os mestrados profissionais, o mestrando do ProfEPT deverá desenvolver um produto educacional que possua aplicabilidade imediata, considerando a tipologia definida pela área. O produto educacional deverá ser acompanhado de um relatório da pesquisa, que contemple o processo de desenvolvimento e validação do produto, podendo ser construído em forma de dissertação ou artigo. Importante ressaltar que o foco da pesquisa deve estar necessariamente no produto educacional e que ela deve contemplar todos os estágios característicos de uma pesquisa científica; contendo, obrigatoriamente, justificativas, um objetivo claro, aportes teóricos coerentes, uma metodologia adequada à pesquisa na área de ensino, produção e análise dos dados e conclusões (FREITAS *et al*, 2017).

O produto educacional caracteriza-se como um dos diferenciais entre o mestrado acadêmico e o mestrado profissional. Ribeiro (2005) assinala que a diferença estabelecida entre as duas modalidades de curso é o produto final ou a elaboração de produtos educacionais com aplicabilidade no sistema de educação e sua relação com a pesquisa aplicada. Num mestrado profissional, um trabalho de conclusão de curso deve ser o resultado de uma pesquisa,

[...] aplicada, descrevendo o desenvolvimento de processos ou produtos de natureza educacional, visando a melhoria do ensino na área específica, sugerindo-se fortemente que, em forma e conteúdo, este trabalho se constitua em material que possa ser utilizado por outros profissionais (MOREIRA, 2004, p. 134)

Os produtos educacionais, segundo Rõças (2017) devem: i) suprir algumas das funções atribuídas ao professor, além de oferecer oportunidades e espaços para diálogo com as partes envolvidas e com o próprio material; ii) ser criado de acordo com o público, devendo ser discutido, criticado, reelaborado, nos diversos momentos coletivos e individuais que integram o planejamento e a execução das atividades propostas para o ensino; e contemplar 08 (oito) categorias tipológicas: mídias educacionais; protótipos; propostas de ensino; material textual; materiais interativos (jogos e outros); atividades de extensão e desenvolvimento de aplicativos; e programa de rádio e TV (RÕÇAS, 2017).

ser realizado, no mesmo dia, em todas as IAs; ii) as provas sobre as bases conceituais da EPT serem compostas de 30 questões objetivas de caráter eliminatório e 01 (uma) questão discursiva de caráter classificatório. Do total das 18.864 inscrições confirmadas, 487 estavam vinculadas a IA-IFPR, dos quais, 380 realizaram o exame de seleção, 72 obtiveram a melhor pontuação local para a avaliação da questão discursiva e, desses, 26 candidatos tiveram sua matrícula homologada.

Por meio da análise do currículo, evidencia-se que a formação inicial dos mestrandos matriculados é diversificada, contemplando especialmente as áreas exatas, humanas e biológicas. No que se refere à idade dos cursistas, esta variou entre 27 a 58 anos, nos quais 48% eram homens e 52% mulheres, com experiência profissional em todos os níveis de ensino, desde o ensino fundamental, médio, técnico e superior, caracterizando um grupo diversificado, o que demandou articulação de conhecimentos relativos ao mundo do trabalho, aos diversos conhecimentos científicos que compõem as áreas de ensino, da EPT e de formação dos mestrandos. Essa necessidade exigiu um corpo docente com características interdisciplinares para possibilitar a aproximação dos complexos campos do trabalho e da educação na perspectiva da integração curricular, tão desejável aos cotidianos da Educação Profissional.

Diante disso, o corpo docente do ProfEPT da IA-IFPR é composto por 12 (doze) docentes pertencentes ao seu quadro permanente, com título de doutor e produção na área de Ensino ou Educação. Analogamente, o perfil acadêmico dos professores do programa, especificamente do IFPR, assemelha-se ao perfil acadêmico dos alunos selecionados, quanto à idade, formação e experiência profissional. No entanto, 60% dos docentes são homens e 40% são mulheres. Esse perfil indica um leque amplo de possibilidades de aprendizagens e trocas de experiências que, com certeza, podem enriquecer a formação desses mestrandos, contribuindo para o desenvolvimento de produtos educacionais que efetivamente contribuam para o processo de ensino aprendizagem na educação profissional.

Indubitavelmente, a proposta curricular do ProfEPT consagra-se por meio da diversidade cultural, da pluralidade de referências, das múltiplas leituras e óticas diferentes, concordando com Moraes (2010) que a provisoriidade está sempre

presente na dinâmica processual e que permeia a complexidade dos fenômenos educacionais.

4 ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

O processo de institucionalização da pós-graduação profissional, no Brasil, é recente e tem muito ainda a crescer. Na área do Ensino, esse processo é muito jovem. No entanto, já anuncia algumas perspectivas para fortalecimento da base epistêmica no campo da pesquisa e da formação, ao contemplar relações entre mundo acadêmico e setor produtivo; setor público e setor privado; educação formal e informal e formação de trabalhadores, nas mais diversas práticas sociais. Face à natureza da formação e das especificidades dos TCCs, o ProfEPT pode se constituir como um espaço importante de aplicação, de geração e de avaliação de metodologias que vão além da compreensão dos fenômenos sociais.

A proposta do ProfEPT no IFPR em fase inicial, aponta para muitos desafios, posto que, sua institucionalidade nasce enraizada numa história de conquistas e dificuldades, considerando a análise do contexto das esferas social, econômica e cultural. Pensar esse contexto a partir das transformações dessas necessidades concretas, por meio do enfrentamento dos desafios postos, exige a formação sólida de profissionais éticos e responsáveis, capazes de compreender a complexidade das relações sociais desse contexto e que a aplicação de conhecimentos já produzidos e que serão ainda produzidos, se dê de maneira a construir outra forma de organização social. Assim sendo, é premente que, o domínio metodológico, para além do domínio do conteúdo, permita, a partir do que já é conhecido, a construção de novos conceitos, processos, produtos e relações sociais.

Para tanto, o modelo pedagógico para a oferta da Educação Profissional e Tecnológica no IFPR, modifica-se, passando a incorporar o desenvolvimento de saberes investigativos com vistas também à inovação em que a pesquisa, a extensão e a inovação passam a ser indispensáveis para a construção desse conhecimento. Por meio delas, as aproximações e as diferenças entre os fatores de desenvolvimento da EPT nortearão os rumos para o planejamento das ações nos diferentes *campi*, respeitando-se, certamente, as especificidades de cada situação a ser resolvida.

A partir da compreensão dessas diferenças e desigualdades, será evidenciada a forma como deve se articular a verticalização das ofertas, de acordo com seus níveis e modalidades, ratificando o compromisso do IFPR com a interiorização da educação, finalidade pelo qual foi criado. Soma-se a esse aspecto a construção de itinerários formativos que ampliem e qualifiquem a oferta de cursos, de modo a complementar a formação do sujeito, promovendo a permanência e o êxito na formação integral dos estudantes.

Contudo, para além dos benefícios que trará o ProfEPT para a pesquisa, a extensão e a inovação do IFPR, emerge a necessidade do estabelecimento de estratégias institucionais para a consolidação da sua identidade e sustentabilidade financeira. Com isso, inicia-se a luta pelo espaço da EPT em nível de Pós-graduação na própria instituição, desmistificando possíveis preconceitos e concepções equivocadas sobre o processo.

Dada à juventude dos programas de mestrado e doutorados profissionais, ainda não há pesquisas sistemáticas sobre o impacto da modalidade na educação brasileira e o temor do fim da pesquisa acadêmica, a prevalência do interesse privado sobre o público, bem como, a falta de apoio financeiro da Capes aos programas de mestrado profissional, o que desafia as instituições públicas, principalmente no cenário de crise econômica dos últimos anos. Nesta perspectiva, é urgente divulgar e consolidar as iniciativas, como o ProfEPT, com vistas a vencer vários preconceitos e fortalecer a modalidade. Alinhado as finalidades institucionais, o ProfEPT tem:

a) atendido aos três eixos estruturantes que foram definidos pelos seminários da área de ensino – área na qual está vinculado - para a cooperação e atuação que são: i) o ensino na educação básica, superior e em espaços não formais; ii) a formação de professores; iii) abrangem os campos de conhecimento do Ensino da saúde, do ambiente, da ciência, da tecnologia e da formação profissional.

b) desenvolvido ao final dos 24 meses de curso, 25 pesquisas e produtos educacionais produzidos contribuirão para melhorar os processos da EPT no IFPR com uma diversidade de modelos de pesquisas que emergiram de lacunas temáticas, por meio de investigações sobre: demandas, formas de ofertas e seus ofertantes, finalidades, relações com o mundo do trabalho, financiamento, currículos,

regulações, queixas dos estudantes e dos professores, trabalho docente, processo de ensino aprendizagem e promoção da a educação democrática.

c) formado professores para Educação Profissional, na direção do cumprimento da meta 16 do Plano Nacional da Educação (PNE), em que objetiva formar, em nível de pós-graduação, 50% dos professores da Educação Básica, até o último ano de vigência deste PNE (2014-2024), e garantir a todos os(as) profissionais da Educação Básica formação continuada em sua área de atuação, considerando as necessidades, demandas e contextualizações dos sistemas de ensino (BRASIL, 2014a). Os dados de 2016, mostram que apenas 34,9% dos professores da Educação básica tem Pós-graduação e em 2018 o número de inscritos no processo seletivo para o Programa no Brasil inteiro passou de quarenta mil, demonstrando o interesse e a necessidade dessa formação.

O que se espera com o processo de concepção e implantação do ProfEPT é que os mestrandos se tornem autores e atores de seus processos de investigação, sujeitos teóricos que encontraram muito obstáculos, mas também inúmeras perspectivas para a análise materializadas em suas pesquisas. Contudo, os desafios que estão postos para o ProfEPT, se constituem também como grandes possibilidades na busca de caminhos que contribuam para o processo de formação desses mestrandos, numa perspectiva autônoma, emancipatória e comprometida com a formação de cidadãos críticos e produtores de conhecimento. Assim, por meio do ensino e da pesquisa que os processos, práticas e políticas de formação voltadas para a emancipação, aquisição de condições, objetivas e subjetivas, permitam o desprendimento de situações de dominação, dependência e submissão, constituindo esse, para Machado (2011), o maior desafio do trabalho e da formação docente na educação profissional e tecnológica brasileira.

MÉRCIA FREIRE ROCHA CORDEIRO MACHADO

Licenciada em Educação Física (UFAM), Especialista em Formação de Professores em Educação a Distância e em Exercício e Qualidade de Vida (UFPR), Mestre e Doutora em Educação (PUC/PR). Professora do Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica em Rede Nacional (PROFEPT) do Instituto Federal do Paraná e pesquisadora da Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Tem experiência na área de Educação, atuando principalmente nas temáticas: educação a distância, educação profissional e tecnológica, formação de professores, mediação pedagógica e aprendizagem a distância.

SANDRA TEREZINHA URBANETZ

Graduada em Pedagogia (UTP). Mestre e Doutora em Educação (UFPR). Pós Doutora em Políticas Públicas e Formação Humana (UERJ). Pós Doutora pela Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade do Porto - Portugal. Tem experiência na área de Educação, com ênfase em Didática e Formação de Professores, atuando principalmente nas temáticas: Trabalho e Educação, Formação de Professores e Educação Profissional.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO-JORGE, T. C. *Bem-vindos ao PROFEPT e à Área de Ensino – Aula inaugural do ProfEPT*. Palestra ministrada no Instituto Federal do Espírito Santo, Espírito Santo em 07 ago. 2017.

BOGDAN, R. C.; BIKLEN, S. K. *Investigação Qualitativa em Educação*. Porto: Editora Porto, 1994.

BRASIL. *Educação Profissional técnica de nível médio integrada ao ensino médio: Documento Base*. Brasília, 2007. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf/documento_base.pdf. Acesso em: 22 ago. 2018.

BRASIL. Ministério da Educação. *Expansão da Rede Federal*. Portal da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, Brasília, DF, 2016. Disponível em: <http://redefederal.mec.gov.br/expansao-da-rede-federal>. Acesso em: 19 jul. 2017.

BRASIL. Ministério da Educação. *Plano Nacional de Educação (2014-2024)*. Brasília: MEC, 2014a. Disponível em: http://pne.mec.gov.br/images/pdf/pne_conhecendo_20_metas.pdf Acesso em: 11 jul. 2017.

BRASIL. *Plataforma Sucupira*. Ministério da Educação, Brasília, 2018. Disponível em: <https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/> Acesso: em 22 jun. 2018.

BRASIL. *Portal de Periódicos da Capes*. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, Brasília, DF, 2014b. Disponível em: <http://www.capes.gov.br/avaliacao/sobre-a-avaliacao/mestrado-profissional-o-que-e>. Acesso em: em 22 jul. 2017.

FREITAS, R. C. O.; *et al.* O Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica em Rede Nacional: considerações preliminares. *Educação Profissional e Tecnológica em Revista*: IFES, v. 1, n. 1, 2017. Disponível em: <http://ojs.ifes.edu.br/index.php/ept/article/view/871/502>. Acesso em: 12 jul. 2018.

INSTITUTO FEDERAL DO PARANÁ. *Portal de Informações do IFPR*. Instituto Federal do Paraná, Curitiba, PR, 2018. Disponível em: <http://reitoria.ifpr.edu.br/menu-institucional/institucional/>. Acesso: em 09 ago. 2018.

LEÃO, G. M. C., JACOMEL, M. C. W., TAVARES, V. S. O compromisso do IFPR com o Ensino Profissional Tecnológico no Estado do Paraná. *Revista Educação e Políticas em Debate*: Uberlândia, v. 3, n. 1, p. 176-192. 2014. Disponível em: <http://www.seer.ufu.br/index.php/revistaeducapoliticas/article/view/27691/15172>. Acesso em: 17 out. 2019.

LEÃO, G. M. C.; TEIXEIRA, R. F. B. Itinerários Formativos: caminhos possíveis na Educação Profissional. In: Congresso Nacional de Educação – Educere, 12., 2015, Curitiba. *Anais...* Curitiba, Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUC-PR), 2015. p. 6842-6850. Disponível em: http://educere.bruc.com.br/arquivo/pdf2015/20338_11485.pdf. Acesso em: 21 jul. 2017.

LÜDKE, M.; ANDRÉ, M. E. D. A. de. *Pesquisa em Educação: Abordagens Qualitativas*. São Paulo: EPU, 1986.

MACHADO, L. R. de S. O desafio da formação dos professores para a EPT e PROEJA. *Revista Educação e Sociedade*. Campinas, v. 32, n. 116, p. 689-704, jul.-set. 2011. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/es/v32n116/a05v32n116.pdf>. Acesso em: 17 out. 2019.

MACHADO, M. F. R. C. *As contribuições e implicações da mediação pedagógica na formação continuada de professores da Educação Profissional e Tecnológica a Distância*. 2016. 304p. Tese (Doutorado em Educação) – Pontifícia Universidade Católica do Paraná, Curitiba, 2016. Disponível em: <http://www.biblioteca.pucpr.br/pergamum/biblioteca/img.php?arquivo=/000060/00006045.pdf>. Acesso em: 21 jul. 2017.

MORAES, M. C. Complexidade e currículo: por uma nova relação. *Polis*, Santiago, v. 9, n. 25, p. 289-311, 2010. Disponível em: <http://www.scielo.cl/pdf/polis/v9n25/art17.pdf>. Acesso em: 25 jun. 2017.

MOREIRA, M. A. O mestrado (profissional) em ensino. *Revista Brasileira de Pós-graduação (RBPG)*, Brasília, v. 1, n. 1, p. 131-142. 2004. Disponível em <http://ojs.rbpg.capes.gov.br/index.php/rbpg/article/view/26/23> Acesso em: 21 jul. 2017.

PACHECO, E. *Os Institutos Federais: uma revolução na Educação Profissional e Tecnológica*. Brasília, 2011. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf/insti_evolucao.pdf >. Acesso em: 21 jul. 2017.

RAMOS, M. N. *Concepção do Ensino Médio Integrado*. [s.d.]. Disponível em: <https://tecnicadmiwj.files.wordpress.com/2008/09/texto-concepcao-do-ensino-medio-integrado-marise-ramos1.pdf>. Acesso em: 06 ago. 2017.

RIBEIRO, R. J. O mestrado profissional na política atual da Capes. *Revista Brasileira de Pós-graduação (RBPG)*, Brasília, v. 2, n. 4, p. 8-15, 2005. Disponível:

Atos de Pesquisa em Educação - ISSN 1809-0354
Blumenau, v.14, n.2, supl.1, p.885-903, out./nov. 2019
DOI: <http://dx.doi.org/10.7867/1809-0354.2019v14n2s1p885-903>

<<http://ojs.rbpg.capes.gov.br/index.php/rbpg/article/view/72/69>>. Acesso em: 06 ago. 2017.

RÕÇAS, G. *Produtos da pesquisa em ensino: cenário atual, desafios e perspectivas*. São Paulo, 2017. Palestra ministrada no Seminário de Alinhamento do ProfEPT no Instituto Federal de São Paulo em 10 mar. 2017.

SILVA, P. A. D.; DEL PINO, J. C. O Mestrado Profissional na área do Ensino. *Revista Holos*, Instituto Federal do Rio Grande do Norte, ano 32, v, 8, p. 318-337, 2016. Disponível em: <<http://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/HOLOS/article/view/5079/pdf>>. Acesso em: 12 ago. 2018.



Esta obra está licenciado com uma Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional